



Centro Universitário de Brasília
Instituto CEUB de Pesquisa e Desenvolvimento - ICPD

NELSON NASCIMENTO DA ROCHA

**O PRONOME *SE* COMO ÍNDICE DE INDETERMINAÇÃO DO SUJEITO
NO PORTUGUÊS DO BRASIL**

Brasília

2009

NELSON NASCIMENTO DA ROCHA

**O PRONOME *SE* COMO ÍNDICE DE INDETERMINAÇÃO DO SUJEITO
NO PORTUGUÊS DO BRASIL**

Trabalho apresentado ao Centro Universitário de Brasília (UniCEUB/ICPD) como pré-requisito para obtenção de Certificado de Conclusão de Curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Língua Portuguesa

Orientadora: Prof^a Dr^a Vilma Reche Corrêa

Brasília

2009

NELSON NASCIMENTO DA ROCHA

**O PRONOME *SE* COMO ÍNDICE DE INDETERMINAÇÃO DO SUJEITO
NO PORTUGUÊS DO BRASIL**

Trabalho apresentado ao Centro
Universitário de Brasília (UniCEUB/ICPD)
como pré-requisito para a obtenção de
Certificado de Conclusão de Curso de
Pós-graduação *Lato Sensu* em Língua
Portuguesa

Orientadora: Prof^a Dr^a Vilma Reche
Corrêa

Brasília, 30 de novembro de 2009.

Banca Examinadora

Prof. Dr. Nome completo

Prof. Dr. Nome completo

AGRADECIMENTOS

A Deus, primeiramente, e à minha família, especialmente à minha Mãe, que, com amor e carinho, me incentiva na construção de meus ideais.

À Professora Doutora Vilma Reche
Corrêa, pelo relevante acompanhamento
durante o desenvolvimento desta
Monografia.

RESUMO

Este trabalho pretende mostrar que uma das funções do pronome *se* é a de índice de indeterminação do sujeito da oração e que essa já pode ser considerada uma das opções do falante do português brasileiro na indicação da indeterminação do sujeito. Pretende-se corroborar a demonstração deste fato com o estudo do *corpus*, composto por frases pesquisadas em jornais e revistas de circulação nacional que validam a proposição. Destaca-se a necessidade de se rever a análise do fenômeno feita pela gramática tradicional, já que o pronome *se* já pode ser classificado como pronome indeterminador nas construções passivas denominadas de passivas sintéticas da língua portuguesa do Brasil, consideradas aqui como ativas. Tratamos também neste estudo da evolução do pronome *se*, além de seu caráter nominativo, vislumbrando um encaminhamento no sentido de tratar o pronome *se* como tendo a função de índice de indeterminação do sujeito nos casos em que é considerado pela gramática normativa como partícula apassivadora.

Palavras-chave: Pronome *se*. Evolução Diacrônica. Concordância. Sujeito Indeterminado.

ABSTRACT

This dissertation aims to show that the use of *se* pronoun in a sentence is of index of subject indetermination and that this can already be considered one of the options of Brazilian Portuguese native speakers to undetermine the subject. We intend to corroborate the demonstration of this fact by studying the corpus, composed of sentences found in nationally published newspapers and magazines, that validate the proposition. In the present research, the need to review the analysis of the phenomenon done by the traditional grammar is highlighted, as *se* pronoun can now be classified as a pronoun that undetermines the subject in passive constructions referred to as the Brazilian Portuguese synthetic passive, considered here active. Besides its nominative characteristics, we also deal with the evolution of *se* pronoun strongly considering the possibility of analyzing the pronoun functioning as index of subject indetermination when the Portuguese grammars consider it a passive particle.

Key words: Pronoun *se*. Diachronic Evolution. Agreement. Indefinite Subject.

SUMÁRIO

0. INTRODUÇÃO.....	8
1.0. O PRONOME <i>SE</i> NA LÍNGUA NA PORTUGUESA.....	10
1.1. EVOLUÇÃO DIACRÔNICA.....	10
2.0. O PRONOME <i>SE</i> NAS GRAMÁTICAS PRESCRITIVAS.....	16
2.1. O <i>SE</i> NO PORTUGUÊS ATUAL	16
3.0. O CARÁTER NOMINATIVO DO PRONOME <i>SE</i>	20
3.1. <i>SE</i> COMO SUJEITO?.....	20
4.0. PESQUISA	30
4.1. O <i>SE</i> INDETERMINADOR NA MÍDIA	30
5.0. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	37
6.0. REFERÊNCIAS	39

INTRODUÇÃO

O objetivo desta pesquisa é demonstrar que a função do pronome *se* evoluiu com o decorrer do tempo, passando a constituir-se como índice de indeterminação do sujeito em construções consideradas pela gramática tradicional como passivas sintéticas.

O *corpus* de análise é constituído por construções coletadas em jornais e revistas brasileiros, empreendendo o confronto entre as prescrições das gramáticas do português brasileiro, em relação à existência ou não do pronome *se* como índice de indeterminação do sujeito nas orações passivas sintéticas, e os atuais estudos linguísticos sobre o tema.

De natureza aplicada, a pesquisa é concentrada na busca de dados em bibliografia localizada e disponível em obras de referência consagradas, em *sites* e teses na área de linguística.

Destaca-se que seria o momento de rever a análise do pronome *se* feita pela gramática tradicional e tentar pelo menos que se reconheça esse fenômeno que há muito ocorre na língua portuguesa, dando-lhe a devida importância. O pronome *se* já pode ser classificado como pronome indeterminador nas orações passivas, consideradas aqui ativas, da língua portuguesa do Brasil.

No capítulo um, faz-se um percurso diacrônico do pronome *se* na língua portuguesa com uma análise de mudança, sempre procurando demonstrar o fato de que o pronome *se* hoje possui função diversa - índice de indeterminação do sujeito - da colocada nas gramáticas tradicionais, no caso, partícula apassivadora.

No capítulo dois, serão apresentadas as regras de prescrição de uso do pronome *se* na gramática tradicional como índice de indeterminação do sujeito e como partícula apassivadora.

Consideram-se, no estudo, as incongruências e inconsistências da gramática normativa que fazem com que repensemos a tradicional divisão feita pelas gramáticas prescritivas de certo e errado e valorizemos mais a fala de todos os brasileiros em todas as suas variantes.

A maioria das definições dos fatos gramaticais da sintaxe portuguesa é falsa, no sentido de que não só contrariam princípios fundamentais do conceito de definição como também certos princípios lógicos do pensamento, além de estabelecerem completa inadequação entre a teoria e a prática (HAUY, 1994, p. 7).

Dado esse contexto, da evolução da língua, analisaremos, no capítulo três, o caráter nominativo do pronome *se*.

No capítulo quatro, é feita a análise do *corpus* da pesquisa examinando as construções encontradas na qual o pronome *se* alcança uma outra função nos dias atuais, ou seja, a de pronome apassivador em vez de partícula apassivadora.

Em considerações finais, completamos o périplo, concluindo acerca do que foi discutido nos capítulos antecedentes.

CAPÍTULO 1

O PRONOME SE NA LÍNGUA PORTUGUESA

1.1 EVOLUÇÃO DIACRÔNICA

A língua não é estanque, ao contrário, evolui. Certas mudanças ocorridas na língua oral e que aparecem também na língua escrita dita formal precisam ser admitidas pelas gramáticas prescritivas como decorrentes da evolução da língua portuguesa.

Na descrição da evolução diacrônica temos os cinco estágios componentes da evolução do se, quais sejam, no estágio 1, o uso primitivo do pronome se que surge no latim e é reflexivo: “O homem cortou-se”, passando-nos tanto uma leitura ativa como passiva.

No estágio 2, chega-se ao uso passivo, nesse caso: “Fritam-se os ovos”, ou seja, depreendemos que “Os ovos são fritos” ou “Os ovos se fritam” e não “Os ovos se fritam a si mesmos”.

Devido ao fato de não sabermos o agente de frases como “Comem-se os bolos”, o pronome se passa a ser interpretado como indeterminador do sujeito, correspondente ao estágio 3 da evolução.

No estágio 4, “desempenha a função de indeterminador do agente em verbos intransitivos e transitivos”, correspondendo à “expansão do uso da indeterminação do agente com verbos intransitivos como em ‘Trabalha-se muito aqui’”.

No estágio 5, tem-se “Vende-se casas no condomínio”, como expansão do uso da indeterminação do agente com verbos transitivos (AGUIAR *apud* LIMA, 2006, p. 17).

Maurer Jr apresenta estudo relevante acerca da evolução diacrônica do pronome *se* na língua portuguesa, desde o latim vulgar, ao considerar que a origem dessas construções estaria no indo-europeu, desenvolvidas por meio de um sistema de afixos a expressões de noções passivas:

Segundo o autor, no período do latim vulgar o uso do pronome *se* era bastante restrito. Seria então somente a partir do período medieval que as inovações de uso do pronome surgiriam, no período do latim vulgar, derivadas da forma latina reflexiva *se*. O autor identifica três inovações do uso pronome *se* já nesse período, vejamos:

a) Estilístico: Uso do pronome com verbos intransitivos para realçar a espontaneidade da ação, verificada em praticamente todas as línguas românicas.

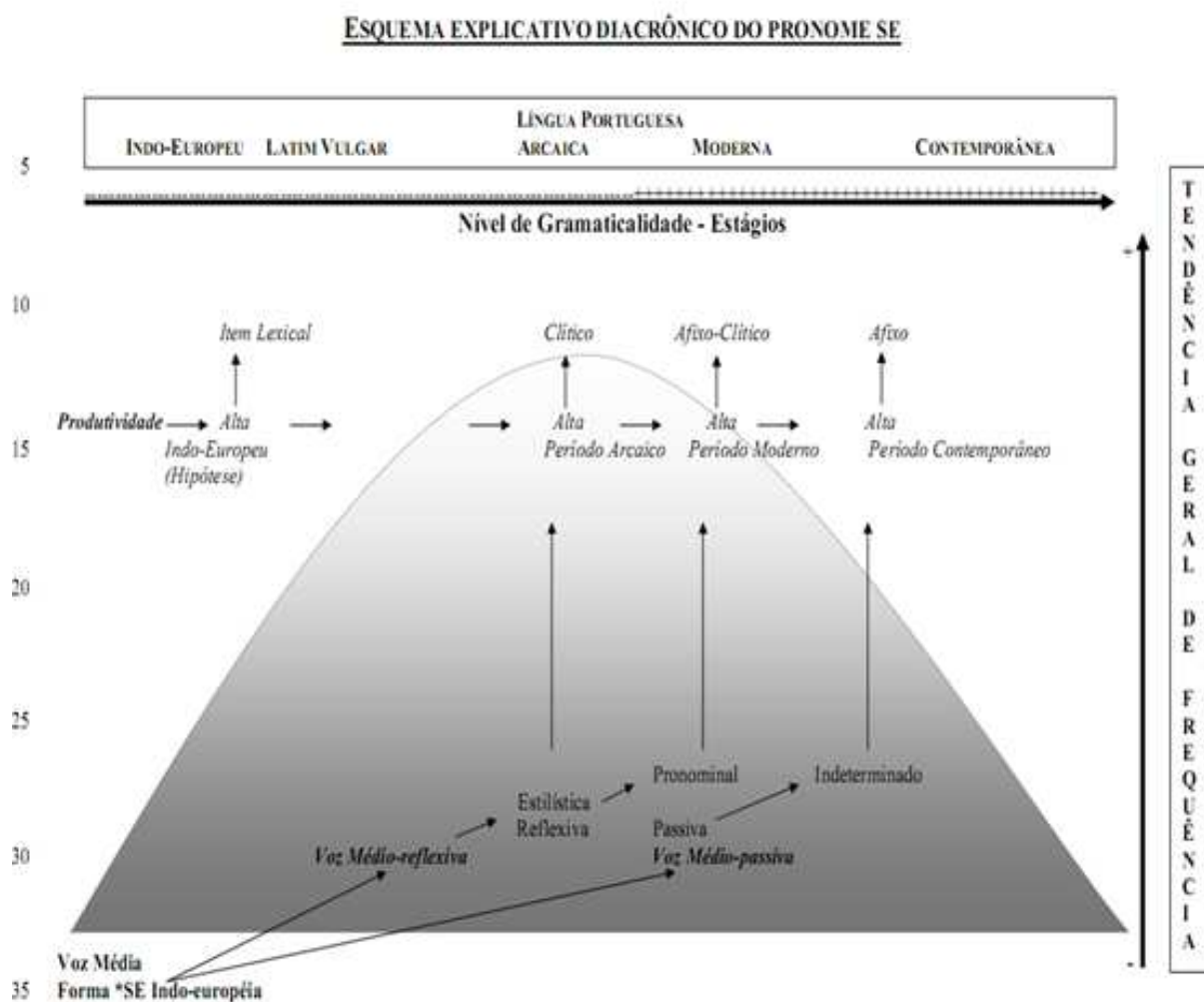
Vejam-se os exemplos dos verbos *ir-se* e *sair-se*, respectivamente: rum. *a se veni*, *a se sui*; it. *andarsi*, *fuggirsi*; fr. ant. *soi venir*, *soi fuir*; esp. *irse*, *venirse*.

b) Passivo: Emprego do pronome *se* somente na terceira pessoa para a expressão da voz passiva, como na frase latina “*mela rotunda... todo anno servare se possunt*”. Essa forma passiva do pronome apresenta restrições nas línguas românicas, pois só *se* empregam preferencialmente quando o sujeito é inanimado, como: port. *Vendem-se as casas*, esp. *Se escriben las cartas*; it. *Dopo che l'adunanza si fu sciolta*. Entretanto, apenas o português e o espanhol apresentam a possibilidade de sujeito pessoal: port. *Louvam-se os grandes homens*.

c) Indeterminado: Emprego do pronome *se* com verbos intransitivos para a expressão de um agente exterior indefinido. Esse tipo de construção indeterminado não é só comum ao português, mas também é recorrente no espanhol, italiano e romeno, como os exemplos a seguir: rum. *se sta bine aici*; it. *si sta bene qui*; esp. *se vive bien en esta ciudad*; port. *vive-se bem aqui* (MAURER JR *apud* LIMA, 2006, p. 18).

Lima (2006, p. 18) nos brinda com valioso resumo esquemático da evolução diacrônica do pronome *se*:

Figura 1: Esquema Diacrônico do Pronome Se.



Fonte: LIMA, 2006, p. 124.

Tomando por base o estudo empreendido por LIMA (2006, p. 25) temos um apanhado geral que fornece uma visão panorâmica da evolução diacrônica. Entretanto, o questionamento permanece, ou seja, a partir de quando o processo de reanálise do pronome *se* na língua portuguesa tornou-se mais produtivo no caso do *se* indeterminado?

Naro *apud* Lima (2006, p. 25) revela não ter existido *se-indeterminado* no período medieval do português. No entanto, LIMA faz importantes questionamentos

acerca das indagações que ainda não têm respostas da interpretação do pronome *se* como índice de indeterminação do sujeito ou partícula apassivadora:

Outro fator ainda inexplicado é como ocorreu a reanálise *se-reflexivo* > *se-passivo* > *se-indeterminado*, ou seja, como o pronome reflexivo *se* do português pôde dar origem a formas do grupo não-reflexivo, fato constatado por Rodrigues: 'Elas [as construções com o pronome **se**] não são, por assim dizer, um produto primário da língua, mas resultam de um processo mental um pouco longo. Foi preciso que o pronome reflexo **se** passasse a partícula apassivativa, e que depois a oração assim tornada passiva se considerasse transporta para a activa, ficando o **se** a servir de sujeito indeterminado(NARO *apud* LIMA, 1968, p. 148).

Said Ali (1966), quanto à origem do pronome *se*, diz que desde “tempos imemoriais” existia o medial analítico (partícula *se*) juntamente com medial sintético (desinência *r*), e este atravessou o latim até chegar às línguas românicas. O medial analítico, no começo com um papel limitado, sobreviveu ao medial sintético e se desenvolveu às custas do sintético, desdobrando-se em reflexiva e passiva. O termo medial é assim chamado por conter tanto características de voz passiva quanto ativa, com essa fusão originada antes do surgimento da voz passiva:

Ações praticadas por seres humanos não podiam ser enunciadas pela linguagem sem a indicação do agente. Quando, porém, o agente humano era desconhecido ou não convinha mencioná-lo, a linguagem servia-se deste expediente: personalizava o objeto *se* era ente inanimado, e fingia-o a praticar a ação sobre si mesmo. Certa mercadoria, por exemplo, devia ser vendida, ignorando-se o vendedor; dizia-se simplesmente: tal mercadoria vende-se a si própria (SAID ALI, 1966, p. 94).

Ainda sobre o pronome *se* no contexto de evolução entre os falantes da língua temos que com a forma analítica do verbo *ser* teríamos a voz passiva, com a partícula *se* teríamos a voz passiva com sujeito indeterminado e se caso o *se* não

exercer a função de sujeito, mas de objeto, teríamos a voz reflexiva. Assim Said Ali (1966) comenta:

Pouco a pouco, porém, a mera forma reflexa em casos deste gênero começou a sugerir a idéia de um agente humano indeterminado. Não foi preciso alterar profundamente o enunciado; mas o substantivo, que até então figurara na categoria de sujeito, teve de abandonar este posto e passar para o lugar de objeto, que já agora lhe era designado. O pensamento não comportava dois agentes; a ação de vender não podia ser praticada por certa pessoa e, ao mesmo tempo, pela própria coisa (SAID ALI, 1966, p. 94).

Sobre a mudança do pronome *se*, que está em curso, passar a ser aceito como sujeito, Resende e Gomes (2008) nos trazem a realidade do tema:

As gramáticas normativas postulam a existência de Voz Passiva Sintética (VPS) em língua portuguesa, construção em que o pronome *se* dito apassivador liga-se a verbo transitivo direto. A norma gramatical classifica o sintagma nominal ou pronominal que segue o verbo, nesse caso, como sujeito da oração. A justificativa que se dá para o postulado é que o pronome *se* teria função análoga à do verbo auxiliar na voz passiva analítica. Daí chamar-se a construção pronominal de voz passiva sintética. A postulação sintática traz implicações semânticas: segundo os gramáticos tradicionais, haveria uma equivalência de significado entre as duas vozes verbais ditas passivas. A equivalência das cargas semânticas das duas construções - sintética e analítica - é, entretanto, discutível (RESENDE; GOMES, 2008, p.1).

Os gramáticos têm discutido sobre a adequação da classificação de Voz Passiva Sintética (VPS) em língua portuguesa. “Na superfície da postulação está a inadequação sintática: a chamada VPS do português não é síntese, pois conta com pelo menos dois vocábulos mórficos”, no entanto há um problema na inteligência, gerando os problemas relacionados à VPS, em que uma das inadequações em termos semânticos diz respeito à ausência da noção de passividade e a outra em

relação à equivalência entre as vozes ‘passiva, sintética e analítica’ (RESENDE; GOMES, 2008, p. 1).

Resende e Gomes (2008, p. 1) nos dizem com propriedade a respeito da inadequação da VPS em português, ao citar Ladeira:

Ladeira (1986) aponta que a VPS existente no *infectum* latino não passou ao português; e a sintética do português, com o pronome *se*, é "pura invenção dos gramáticos...". Ilustra essa evidência com os exemplos *Precisa-se de dinheiro emprestado* e *Procura-se dinheiro emprestado*. No primeiro caso, com o verbo transitivo indireto, admite-se um sujeito indeterminado que precisa de dinheiro emprestado. Esse raciocínio, pelas normas gramaticais, não se aplicaria ao segundo caso, em que se classifica dinheiro emprestado como sujeito da oração. Entretanto, percebe-se claramente que há, também na segunda oração, a presença de um sujeito indeterminado que procura dinheiro emprestado.

Nas palavras de Resende e Gomes, temos que, de acordo com Bagno (2000), a “chamada VPS é o melhor entre os exemplos da incoerência da Gramática Tradicional”, sendo que para ele a discussão em termos de equivalência entre as duas vozes ditas passivas é considerada indevida. A Gramática Tradicional tem considerado desvio à norma, em função da discordância com o “suposto sujeito paciente da oração”, mas é o recurso de que o falante dispõe para tornar inteligível o seu enunciado. Ressalte-se que Bagno diz que a “flexão do verbo no singular ou no plural é estreitamente dependente do significado” que o emissor quer enunciar ao seu receptor (BAGNO *apud* RESENDE; GOMES, 2008, p. 1).

CAPÍTULO 2

O PRONOME SE NAS GRAMÁTICAS PRESCRITIVAS

2.1. O SE NO PORTUGUÊS ATUAL

No português atual, a partícula *se* apresenta grande quantidade de funções sintáticas. Construções com o pronome *se* podem apresentar o verbo nas vozes: ativa, passiva ou reflexiva, pois segundo a gramática normativa o pronome *se* tem como principais empregos: índice de indeterminação do sujeito, partícula apassivadora, objeto de um verbo reflexivo, pronome de realce e parte integrante de verbos pronominais.

Cunha e Cintra (2001, p. 305-307) em valores e empregos do pronome *se*:

- a) OBJETO DIRETO (emprego mais comum): Ao sentir aquela robustez nos braços, meu pai tranqüilizou-**se** e tranqüilizou-o. (G. Amado, HMI, 124.)
- b) OBJETO INDIRETO: Sofia dera-**se** pressa em tomar-lhe o braço. (Machado de Assis, OC, I, 656.)
Emprego menos raro quando exprime a reciprocidade da ação:
Os nossos olhos muito perto, imensos
No desespero desse abraço mudo,
Confessaram-**se** tudo! (J. Régio, PDD, 83.)
- c) SUJEITO DO INFINITIVO: Virgília deixou-**se** cair, no canapé, a rir. (Machado de Assis, OC, I, 497.)
- d) PRONOME APASSIVADOR: Ouve-**se** ainda o toque de rebate (B. Santareno, TPM, 121.)
- e) SÍMBOLO DE INDETERMINAÇÃO DO SUJEITO (junto à 3ª pessoa do singular de verbos intransitivos, ou de transitivos tomados intransitivamente): Vive-**se** ao ar livre, come-**se** ao ar livre, dorme-**se** ao ar livre. (R. Brandão, P; 165.)
- f) PALAVRA EXPLETIVA (para realçar, com verbos intransitivos, a espontaneidade de uma atitude ou de um movimento):
As estrelas dirão: - “Ai! nada somos,
Pois ela **se morreu**, silente e fria...” (A. De Guimaraens, OC, 258.)

Kury (1999, p. 35) considera que, quando em oração na voz ativa com verbo transitivo direto, o agente (sujeito) é indeterminado e o paciente (objeto direto) é inanimado, não pratica a ação expressa pelo verbo, a língua portuguesa admite uma forma sintética em que o verbo na voz ativa acrescenta-se o pronome *se* para indicar passividade. O verbo junto a um pronome *se* estendeu o seu emprego, com a evolução da língua, a todos os tipos de verbos: intransitivos, transitivos indiretos, de ligação, em orações com sujeito indeterminado: *Obedeça-se às normas do jogo; Também se vive bem lá.*

Acrescenta ainda que a freqüência do emprego do pronome *se* para indicar a indeterminação do sujeito com verbos transitivos indiretos e intransitivos levou a uma extensão do emprego das passivas indeterminadas com verbos transitivos diretos, salientando que o “uso vulgar” estendeu esse emprego até aos verbos transitivos diretos sem objeto preposicionado, mas com empregos na literatura, como esse exemplo de Aluísio Azevedo (1997, p. 43): “Como que *se sentia* ainda na indolência da neblina *as derradeiras notas* da última guitarra da noite antecedente...”

Rocha Lima (2000, p. 320) define a passivação relacionando-a com a reflexividade em que o agente e paciente são um só, porém, quando “o ato não emana do sujeito, que é apenas o paciente, temos, no pronome que o representa, a *partícula apassivadora*, conforme: ‘Despediram-se os empregados faltosos e admitiram-se alguns dos antigos candidatos’”.

Bechara (2001, p. 563), discorrendo sobre a concordância com o verbo na passiva pronominal afirma que se deve seguir a língua padrão, ou seja, o verbo deve concordar com o sujeito:

Alugam-se casas.

Vendem-se apartamentos.

Fazem-se chaves.

Não *se perdem cinco contos*, como se perde um lenço de tabaco. *Cinco contos levam-se* com trinta mil sentidos, *apalpam-se* a miúdo, não *se lhes tiram* os olhos de cima, nem as mãos, nem o pensamento, e para *se perderem* assim totalmente, numa praia, é necessário que... [MA.1, 151].

Porém, Bechara (2001), ao observar estruturas com o *se* como índice de indeterminação do sujeito com verbos intransitivos e transitivos indiretos tais como: “Vive-se bem” e “Precisa-se de empregados”, afirma que o *se* como índice de indeterminação do sujeito estendeu seu papel aos transitivos diretos, onde há uma interpretação impessoal, fazendo que com a mudança de emprego de passiva para a de indeterminação fez com que o falante não fizesse mais a concordância do verbo com o sujeito, pois o sujeito seria agora o objeto e, nesse caso, não se exige o “acordo” do verbo (BECHARA, 2001, p. 178):

Vendem-se casas (=‘casas são vendidas’) – *Vendem-se casas* (= ‘alguém tem casa para vender’) – *Vende-se casa*”.

Vende-se casas e *frita-se ovos* são frases de emprego ainda antiliterário, apesar da já multiplicidade de exemplos. A genuína linguagem literária requer *vendem-se*, *fritam-se*. **Mas ambas as sintaxes são corretas**, e a primeira não é absolutamente, como fica demonstrado, modificação da segunda. São apenas dois estágios diferentes de evolução. (grifo meu)

Vê-se, portanto, que apesar da maioria dos gramáticos seguirem os preceitos sintáticos da Gramática Tradicional (GT), em que o *se* não pode ser sujeito, pois é um pronome com função de complemento, Bechara, considerado um dos maiores gramáticos da atualidade, afirma que ambas as sintaxes são corretas, são apenas dois estágios diferentes de evolução.

CAPÍTULO 3

CARÁTER NOMINATIVO DO PRONOME SE

3.1 SE COMO SUJEITO?

Na primeira edição do livro de Said Ali, *Dificuldades da Língua Portuguesa*, o renomado linguista brasileiro considera a questão da sintaxe do pronome se como complexa. Critica as gramáticas tradicionais ao dizer que são incongruentes em relação à sintaxe adotada na análise do problema e sugere uma análise “psicológica” ao caso, o que denominaríamos hoje como uma análise semântica, atribuindo ao pronome se, nesses casos, o lugar de sujeito na oração, ressaltando que o se não iniciaria a frase devido a sua natureza átona, eminentemente proclítica.

Para Bagno (2001), a gramática prescritiva separa os critérios sintáticos e semânticos no momento da classificação do pronome se, sendo que “o aspecto semântico sistematicamente desprezado pelos normativistas é que, em todas as orações deste tipo, os verbos presentes são sempre verbos que só podem ser praticados por um sujeito com traço semântico [+humano]”, ou seja, só seres humanos leem jornal, alugam casas etc.

Dessa maneira, explica Said Ali (1966, p. 94):

Ações praticadas por seres humanos não podiam ser enunciadas pela linguagem sem a indicação do agente. Quando, porém, o agente humano era desconhecido ou não convinha mencioná-lo, a linguagem servia-se deste expediente: personalizava o objeto se era ente inanimado, e fingia-o a praticar a ação sobre si mesmo. Certa mercadoria, por exemplo, devia ser vendida, ignorando-se o vendedor; dizia-se simplesmente: tal mercadoria

vende-se a si própria. Pouco a pouco, porém, a mera forma reflexa em casos deste gênero começou a sugerir a idéia de um agente humano indeterminado. Não foi preciso alterar profundamente o enunciado; mas o substantivo, que até então figurava na categoria de sujeito, teve de abandonar este posto e passar para o lugar de objeto, que já agora lhe era designado. O pensamento não comportava dois agentes; a ação de vender não podia ser praticada por certa pessoa e, ao mesmo tempo, pela própria coisa.

Monteiro (*apud* Bagno, 2000) sintetiza a contradição inerente a essa análise acerca do pronome *se* com a separação entre critérios sintáticos e semânticos pelos exemplos de duas frases *Fuma-se aqui* e *Fuma-se charuto aqui*:

Ensinam os gramáticos que, na primeira oração, o sujeito está indeterminado, ao passo que na segunda é o termo *charuto* que desempenha esta função. O paradoxo é por demais evidente: quando afirma que o sujeito de “fuma-se aqui” é indeterminado, utilizam um critério semântico, uma vez que o SE é interpretado como referente a alguém (“que não queremos ou não podemos nomear”); quando, por outro lado, dizem que o sujeito de “fuma-se charuto aqui” é *charuto*, lançam mão de um critério sintático, baseado na predicação e na regra de concordância (MONTEIRO *apud* BAGNO, 2000, p. 220).

Bagno (2001) interpreta essas duas construções aparentemente iguais: “(4a) Lá em casa se lê muito” e “(4b) Lá em casa se lê muito jornal”, de maneira diferente da gramática normativa:

Dizem os gramáticos que em (4a) o SE indica “indeterminação do sujeito”, ao passo que em (4b) o SE é um “partícula apassivadora”, sendo JORNAL o “sujeito” da oração. Ora, no primeiro caso, usa-se um critério semântico, pois o SE é interpretado como referente a alguém que não queremos especificar ou determinar. Já na interpretação de (4b), usa-se um critério *sintático*, baseado sobretudo na *história* alegando-se muitas vezes que *em latim*(!!!) o pronome SE não poderia ser sujeito de oração. Mas desde quando falamos latim no Brasil? Trata-se de um evidente paradoxo, de duas explicações diferentes para o mesmo fenômeno linguístico. A única diferença verdadeira entre os dois enunciados é que em (4a) o verbo é *intransitivo*, ao passo que em (4b) ele é *transitivo direto*. Nas duas o Se funciona como sujeito indeterminado, e em (4b) temos JORNAL como o objeto direto de LER (BAGNO, 2001, p.126).

Percebe-se que há formas variantes em que não há concordância do verbo com o sujeito (Ex.: Vende-se casas) na língua oral e também na língua escrita, demonstrando que os usuários da língua não percebem a frase como passiva, mas como ativa, apesar de a gramática prescrever a concordância e denominá-la como passiva, além de denominar o *se* como “*se* apassivador”. Bagno (2000, p. 220) afirma que “é essa poderosa evidência semântica que leva os falantes a manter esses verbos no singular, fazendo eles concordarem com o sujeito indeterminado, indicado na superfície do enunciado pelo clítico *SE*”.

Como diz Bagno (2001), estudos linguísticos do começo do século passado já lidam com a classificação do pronome *se* nas orações passivas sintéticas:

Quase cem anos nos separam da primeira edição das *Dificuldades da língua portuguesa*, de Said Ali, publicada em 1908. Nesta obra, enriquecida em 1919 com seis novos capítulos, o grande filólogo empreende uma análise “límpida, lapidar e legítima”, como avalia Monteiro (1991: 148), do problema de classificação da partícula *se* nas orações chamadas “passivas sintéticas” ou “passivas pronominais”, decidindo-se, em nome do bom-senso, por atribuir a ela uma incontestável função de *sujeito* (BAGNO, 2001, p. 125).

Naquele tempo, já se chamava atenção para a importância do bom-senso.

Said Ali (*apud* BAGNO, 2001, p. 127) novamente, com clareza, resume a questão:

(...) nas proposições do tipo *Vendem-se casas* é latente a noção de um agente humano (...). A interpretação semântica é, pois, a mesma. A circunstância de em *Vendem-se casas* se dizer, como realmente se diz em linguagem culta, o verbo no plural, fazendo-o concordar com o substantivo que se segue, é um dos ilogismos gramaticais, em que se continua a manter a forma demandada pelo sentido originário sem atender a que este sentido se acha alterado. A incoerência salta aos olhos, não somente quando se comparam as construções do verbo transitivo com as de um intransitivo, mais ainda quando se cotejam duas frases com o mesmo verbo transitivo,

redigidas uma com o substantivo no plural precedido da preposição a, a outra com o substantivo sem preposição: *Adora-se aos deuses* e *Adoram-se os deuses*.

Em consequência dessa análise, o verbo não concordará mais com o sujeito, já que será classificado como objeto, indo para o singular mesmo que o substantivo esteja no plural (BAGNO, 2000, p. 220).

A semântica cumpre importante papel no deslinde dessa questão. Bagno (2008) didaticamente apresenta uma explicação para o fato de que a gramática normativa possui problemas na inteligência da função do pronome se:

Dia desses, na feira da Torre de TV em Brasília, vi uma placa de madeira com estes dizeres: "Aqui se come, aqui se bebe, mas aqui também se lava os pratos". Algum patrulheiro gramatical de plantão vai logo comentar que a placa está errada, pois o terceiro verbo ("lava") devia estar no plural, já que, segundo a tradição normativa, o sujeito de "lava" é "pratos", portanto: "aqui também se lavam os pratos". Isso recebe na nomenclatura gramatical o nome de "voz passiva sintética" (ou "voz passiva pronominal"). (BAGNO, 2008, p.1)

Como o título do artigo de Marcos Bagno, publicado em junho de 2008, diz: "pratos que se lavam sozinhos", impossível não ter a certeza da evolução da função do pronome se. Utilizando os ensinamentos de Said Ali, Bagno nos coloca perante a realidade semântica da língua que em primeira instância é lógica:

Já em 1908 o filólogo Manuel Said Ali, em Seu Livro Dificuldades da Língua Portuguesa, mostrava o quanto essa análise é destrambelhada. De fato, a intuição lingüística do falante comum rejeita essa maluquice e analisa, muito corretamente, o pronome se como o verdadeiro sujeito dessas construções. Afinal, caro leitor, analise comigo: não é óbvio, claro, nítido, transparente e cristalino que o sujeito que come e que bebe é o mesmíssimo sujeito que lava os pratos? A gramática normativa diz que o verbo no plural se explica pela "equivalência" entre "se lavam os pratos" e "os pratos são lavados". Mas quem é que, em sã consciência, vai dizer: "Aqui se come, aqui se bebe e aqui também os pratos são lavados?" A

língua não é matemática: a ordem e a forma dos fatores alteram, e muito, o produto (BAGNO, 2008, p.1).

Os verbos exigem a presença do sujeito e nesse caso o pronome se adquire a função de índice de indeterminação do sujeito. De qualquer outro ponto de vista analítico ficará carente de sentido, será prejudicial ao entendimento do que se pretende dizer. O receptor da mensagem não entenderá o que se quer dizer. A aceitação da evolução das funções da língua também torna a gramática mais próxima da realidade do falante nativo.

Se alguma equivalência existe, é entre o pronome se e outras formas que usamos para indicar a indeterminação do sujeito: "Aqui se [alguém; você; a gente] come, se [alguém; você; a gente] bebe, mas aqui também se [alguém; você; a gente] lava os pratos". A regra tradicional simplesmente despreza, na sua falta de lógica, os fatores mais importantes na construção dos enunciados lingüísticos: a coesão e a coerência textuais. Analisar, como faz a gramática normativa, o se de "se come" e "se bebe" como índice de indeterminação do sujeito e o se de "se lavam os pratos" como partícula apassivadora rompe com a coesão-coerência do enunciado, desconsiderando o sentido que o falante quer transmitir ao construir essas frases: o sentido de que a mesma pessoa que come e bebe também lava os pratos. A frase com o verbo no plural "aqui se lavam os pratos" cria uma reflexividade estapafúrdia: pratos não se lavam sozinhos, assim como casas não se alugam a si mesmas, nem galinhas se matam por vontade própria nas granjas - alguém lava os pratos, alguém aluga casas, alguém mata as galinhas na granja. Atribuir o papel de sujeito a coisas inanimadas ou a seres vivos que não têm, no mundo empírico, capacidade de desempenhar as ações expressas pelos verbos é uma batatada filosófica (BAGNO, 2008, p.1).

Como disse Bagno (2008, p. 1), em português a regra matemática de que a ordem dos fatores não altera o produto, simplesmente não tem validade. Os professores devem ter isso presente quando ensinam gramática. A finalidade da linguagem é comunicar e com a alteração dos fatores haverá prejuízo para o entendimento do que se pretende referir.

A colocação verbal - sintaxe do verbo no enunciado - é que vai determinar a interpretação do se como reflexivo ou de indeterminador do sujeito.

O tão famoso truque que os gramáticos preconizam de passar a oração de passiva sintética para passiva analítica, como em dizer que *Vendem-se casas* é “equivalente” a *Casas são vendidas* e que, por isso, o verbo deve se conjugado no plural, é analisado por Said Ali (1966, p. 98) desta maneira:

Aluga-se esta casa e esta casa é alugada exprimem dois pensamentos, diferentes na forma e no sentido. Há um meio muito simples de verificar isto. Coloque-se na frente de um prédio um escrito com a primeira das frases, na frente de outro ponha-se o escrito contendo os dizeres **esta casa é alugada**. Os pretendentes sem dúvida encaminham-se unicamente para uma das casas, convencidos de que a outra já está tomada. O anúncio desta parecerá supérfluo, interessando apenas aos supostos moradores, que talvez queiram significar não serem eles os proprietários. Se o dono do prédio completar, no sentido hipergramatical, a sua tabuleta deste modo: **esta casa é alugada por alguém**, não se perceberá a necessidade da declaração e os transeuntes desconfiarão da sanidade mental de quem tal escrito expõe ao público.

Possenti¹, em sua coluna no portal do Terra, também comenta casos em que há a passiva sintética na qual questiona a racionalidade de se achar que o verbo deva concordar com o suposto sujeito da frase. Cita uma frase do poeta e articulista Moacir Amâncio do jornal O Estado de São Paulo: *Para que se escreve tantos poemas?* e um dos poemas de *Educação pela pedra*, de João Cabral de Melo Neto que começa assim:

Catar feijão se limita com escrever
Joga-se os grãos na água do alguidar
E as palavras na da folha de papel.

Nos dois casos, comenta que nem Amâncio nem Cabral podem ser considerados “ignorantes” da língua e chama a atenção para a construção sintática: *Joga-se os grãos* e *Escreve tantos poemas* que pela gramática normativa deveriam

¹Disponível em: <http://terramagazine.terra.com.br/interna/0,OI1701687-EI8425,00-Jogase+os+graos.html>. Acesso em: 17 out. 2009.

ser “Jogam-se os grãos” e “Escrevem tantos poemas”, afirmando que há uma grande predominância da forma singular e que há pelo menos duas explicações para a desobediência à regra, uma dizendo respeito ao verbo e outra à partícula *se*.

É muito difícil convencer alguém de que há dois “se” diferentes em exemplos como

Precisa-se de empregados

Precisa-se navegar

Vende-se esta casa

Todos os falantes de português, tenho certeza, tratam intuitivamente os três casos como sendo do mesmo tipo, ou seja, não se menciona quem precisa de empregados, quem precisa navegar e quem vende a casa. A única diferença é que o terceiro exemplo admite uma passiva, porque há nele um verbo transitivo direto.

Observe-se que, com essa transformação, a oração que resulta fica sem agente da passiva: *esta casa é vendida*. **O que falta é o equivalente do “se”, que é o sujeito (dito indeterminado) da oração ativa (nunca se dirá *esta casa é vendida por se*).** A escola repete as gramáticas. Já que pode haver uma passiva, trata a própria ativa como passiva.

(...)

Como se poderia dizer que o *se* que ocorre com verbos transitivos diretos é apassivador, e que, portanto, o nome que segue o verbo é seu sujeito, em exemplos como

Por tudo isso se admira a Vieira...

Louva-se ao deus Termino

que são de Castilho, se esses nomes vêm precedidos de preposição? Em português há objetos diretos preposicionados (é o caso), mas não sujeitos precedidos de preposição. Logo, *a Vieira* e *ao deus Termino* são objetos. Se esses são objetos, como dizer que *casas* é sujeito em *vende-se* (ou *vendem-se*) *casas*? É muita falta de lógica.

Temos que, como Said Ali, eliminar o *se* apassivador e simplificarmos com somente dois tipos: *se* reflexivo e *se* indeterminador do sujeito, é o ideal.

Utilizando argumentos lógicos, Bagno apresenta provas de que há um uso indiscriminado da regra da passiva sintética que, na realidade, não possui um sentido maior do que o de ser apenas e tão somente arbitrário.

A regra da “passiva sintética” surgiu, talvez, por uma extrapolação do uso dos pronomes reflexivos, aquilo que se chama, em lingüística, de hipercorreção. A presença de um nome no plural após o verbo pode ter levado as pessoas, em dado momento da história da língua, a querer fazer uma concordância exagerada, pondo o verbo no plural. (Parecido com o que ocorre quando as pessoas dizem “houveram problemas” ou “tratam-se

de boas iniciativas".) O problema é que, na formalização das normas gramaticais, essa construção bizarra acabou sendo sacramentada, para prejuízo de todos (BAGNO, 2008, p.1).

Outro fator a confirmar essa análise é quanto às construções na voz reflexiva. Os falantes brasileiros tendem a apagar o *se* em que um sujeito [-animado] “pratica” uma “ação”. Isso para evitar uma leitura reflexiva da frase. Trava-se aí o confronto do caráter nominativo do *se* contra o seu caráter acusativo: “o vaso *se* quebrou” e “o vaso quebrou.”

O caráter marcadamente *nominativo do se* é tão forte no português do Brasil que os falantes só admitem ele como acusativo em construções na voz reflexiva, com grande inclinação a só reconhecerem essa reflexividade quando se trata de sujeito [+animado]. Por isso, é cada vez mais freqüente o apagamento do *se* nas chamadas *orações pseudo-reflexivas*, aquelas em que um sujeito [-animado] “pratica” uma “ação” que incide sobre si mesmo, como nos exemplos clássicos *A porta se fechou*, *O vaso se quebrou* (BAGNO, 2000, p. 221).

A alegação de que a análise do *se* como sujeito e do substantivo como objeto é “mais francesa do que portuguesa” também já foi rebatida na década de 20 pelo mesmo Said Ali que escreveu (1964, p. 270): “Alguns gramáticos querem explicar o nosso *vende-se casas* pela influência do pronome *on* francês. Resta saber como explanariam os fenômenos análogos em latim vulgar”.

Bechara (2001, p. 178) também comentou essa possibilidade: “Fica provado o falso testemunho que levantaram à sintaxe francesa, que em verdade nenhuma influência neste particular exerceu em nós...” [MA. 2, 181-183].

Lapa (1998, p. 207) também opina sobre o tema:

O galego moderno soube conservar felizmente esse indefinido: “*um* (=uma pessoa) non debe infrinxir as leises” e remoçando a antiga construção galego-portuguesa: “*omem* non deve...”. Vem pois de muito longe esse emprego, não é galicismo, e introduz um matiz de significação que é das coisas mais felizes do idioma. Os gramáticos nada podem contra isso.

Lapa (1998, p. 207) também analisa uma construção como o pronome *se* do autor clássico Fr. Antônio das Chagas: “De tão longe não *se pode dar* regras para a oração” alegando que o verbo *estar* no singular para realçar a impossibilidade do agente de dar conselhos por estar muito longe. Quanto ao *se*, afirma que “queiram ou não queiram os gramáticos” ele funciona como sujeito e equivale a um pronome indefinido (pronome indeterminador) significando uma pessoa, um sujeito, a gente.

O emprego do *se* com verbo no infinitivo em construções em que a norma-padrão diz que ele deve ser empregado sozinho também confirma o *se* como índice de indeterminação de sujeito. Veja este exemplo: Problema difícil de *se* resolver. Os falantes não analisam o enunciado como problema difícil de ser resolvido, mas sim como problema difícil de (alguém) (a gente) resolver. (BAGNO, 2000, p. 240).

Outra questão em relação ao pronome *se* está na combinação pronominal que consiste em usar o *se* associado aos clíticos de 3ª pessoa. Almeida (1994, p. 506-507) classifica o fenômeno de “função francesa” do *se*, argumento já rebatido por inúmeros autores e até por outro gramático, Evanildo Bechara, já citado antes.

Lapa (1998, p. 207) coloca lado a lado a análise de duas frases e analisa a preferência dos gramáticos em relação a elas: “*Não se deve infringir as leis* e “*Não se devem infringir as leis*:

Preferem a segunda, para que não possa parecer que o *se* da primeira funciona como sujeito. Ora, é precisamente isso que *se* não pode nem deve evitar. O valor estilístico daquelas formas é hoje diferente: no primeiro caso chama-se a atenção, por meio do reflexo, para a pessoa, indeterminada, suscetível de infringir as leis; no segundo caso, devido à concordância, a atenção recai toda no objeto – as leis. Não *se* pode, pois banir uma forma em proveito da outra.

Scherre (2005, p. 85) recorrendo à tese de doutorado de Carvalho (1990) diz que há farta exemplificação da passiva sintética sem concordância em textos de escritores portugueses e brasileiros. De Camões a Vinícius de Moraes, passando por Vieira, João de Barros e Machado de Assis é encontrada a concordância variável nas construções classificadas como passiva sintética. Cita jornais portugueses atuais que tanto escrevem “vendem-se andares novos” como “vende-se lotes de terreno” (*Diário de Notícias*, 2/07/1996, Publicidade, p.2-C, colunas 1 e 3), elecando vários outros exemplos. Isso demonstra que há também no português europeu casos do se com verbos que não concordam com o sintagma nominal plural.

A função da linguagem é comunicar, rotular de erro cumpre mais uma função hierarquizadora da sociedade do que qualquer outra finalidade que se pretenda, como corrobora Bagno (2001, p. 63) “todo preconceito que pesa sobre uma variedade lingüística é mero reflexo do preconceito social que pesa sobre seus falantes”.

Acrescente-se a isso o jogo ideológico no qual BAGNO (2005, p. 67) explica de maneira simples e bastante sagaz o que está envolvido nessa acepção:

[...] No plano da língua falada, os termos que se confundem, ou que são tomados como equivalentes, no senso comum, são *português*, *gramática normativa* e *norma-padrão*. Em relação à língua escrita, seria pedagogicamente proveitoso substituir a noção de *erro* pela de *tentativa de acerto* que, embora possa soar como simples eufemismo, pode ter um efeito significativo ao trocar um termo de conteúdo negativo (erro) por um conteúdo positivo (acerto). Afinal, a língua escrita é uma análise da língua falada, e essa análise será feita, pelo usuário da escrita no momento de grafar sua mensagem, em consonância com seu perfil sociolingüístico.

CAPÍTULO 4

PESQUISA

4.1 O SE INDETERMINADOR NA MÍDIA

A pesquisa foi feita de modo a colher em várias fontes, exemplos na mídia que pudessem demonstrar a ocorrência do *se* como índice de indeterminação do sujeito da oração passiva sintética ou pronominal.

Abaixo a análise de algumas ocorrências localizadas:

Texto 01:

Depois *vende-se as ações*, embolsa-se o lucro milionário, devolve-se a grana retirada sorrateiramente dos cofres públicos [...]²

Análise: A gramática tradicional classifica o pronome *se* como partícula apassivadora, a frase como passiva e orienta que o verbo vá para o plural para concordar com o sujeito “casas”, justificando-se tal análise quando se coloca a frase na voz passiva “Casas são vendidas”. Porém, pela análise lingüística, os falantes brasileiros intuem que o sujeito não poderia ser “casas”, mas um agente indeterminado. Alguém vende as ações e o *se* é a indicação disso, ou seja, é o índice de indeterminação do sujeito da oração, alguém vende as ações. Note-se também a falta de concordância do verbo com o substantivo, levando-nos à

²REVISTA VEJA. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/geral/nao-ha-nova-estatal-so-discussao/>. Acesso em: 19 nov. 2010.

conclusão de que o falante considera que *ações* seria o objeto do verbo *vender* e não o sujeito.

Texto 02:

Vende-se sucatas de ambulâncias e unidades móveis de saúde, que valem [...]³

Análise: A mesma estrutura frasal do exemplo anterior, apenas ressaltando o argumento dos linguistas de que em todas as construções desse tipo trata-se de verbos que expressam ações desempenhadas unicamente por seres humanos, ou seja, esses verbos exigem, além de um objeto direto, um sujeito com traço semântico [+humano], fazendo com que, no trecho à direita, “sucatas de ambulâncias” e “unidades móveis” sejam objetos diretos.

Texto 03:

Já ao ar livre, *queima-se* mais calorias, o que, se bem orientado, pode resultar em emagrecimento”, orienta a fisiologista [...]⁴

Análise: Fica evidente a falta de concordância do verbo com o substantivo “calorias”. Alguém queima as calorias ao ar livre, as calorias não se queimam sozinhas. A gramática normativa equivoca-se em omitir a evidência semântica na

³ REVISTA VEJA. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/geral/entre-outros-assuntos-leia-filho-lula-em-veja-lobista-milionario-os-petralhas-odio-independencia-viva-veja-viva/>. Acesso em : 21 nov. 2010.

⁴ CORREIOWEB. Disponível em: www.correiobraziliense.com.br/mais+do+que+uma+questao+de+gosto. Acesso em: 28 nov. 2010.

análise da frase que leva o verbo para o singular, fazendo-o concordar com o sujeito indeterminado indicado pelo clítico *se*, pois é só a partir da análise sintático-semântica que se explica essa falta de concordância.

Texto 04:

Costura-se ideais. [...] O *Costura-se* Ideais é um evento complementar à iniciativa do Peiex, que já vem atendendo as empresas do DF desde fevereiro. [...] ⁵

Análise: Na frase que intitula a matéria, observa-se que o pronome “se” consiste em índice de indeterminação do sujeito, uma vez que o verbo está no singular e o único substantivo que poderia ser sujeito está no plural (“ideais”), portanto foi usado como complemento. Há porém o emprego do fato linguístico no próprio discurso, no uso diário dos falantes, real, no qual se usa o *se* como um marcador de sujeito indeterminado.

Texto 05:

Os peixes encontrados no mar profundo perto da Nova Zelândia têm aparência muito semelhante à daqueles encontrados no ano passado: de cor rosa pálida, com corpos arredondados e caudas longas - mas *tratam-se*, na verdade, de espécies diferentes. [...] ⁶

⁵JORNAL COLETIVO – MODA. Disponível em: coletivo.maiscomunidade.com/costura-se_ideais.pnhtml. Acesso em: 28 nov. 2010.

⁶ESTADO ON LINE: Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/geral,peixe-raro-e-fotografado-a-76-mil-metros-de-profundidade,465859,0.htm>. Acesso em 30 nov. 2010.

Análise: Houve nesse exemplo um caso de hipercorreção, pois o autor na tentativa de “acertar demais” faz a flexão de um verbo transitivo indireto a fim de concordar o verbo com o suposto sujeito “espécies diferentes”, que é acompanhado pela preposição *de*, e que na verdade é um objeto indireto. Demonstra-se com isso a dificuldade do falante de lidar com uma regra ilógica, pois a gramática diz que somente verbos transitivos diretos devem concordar com o “sujeito”.

Texto 06:

Além de poeira, a umidade é uma grande causadora de maus contatos. Para combatê-la, *usa-se* capas, sílica gel e limpezas anuais com spray limpador de contatos. [...] ⁷

Análise: Nesse caso, foi observado que o verbo não concorda com os substantivos subseqüentes. Dessa forma, indica a existência de um sujeito indeterminado que pratica a ação, sendo os termos pospostos complementos verbais dessa oração. Porém, analisando linguisticamente mostra-se que o *se* preenche a posição do sujeito, enquanto os substantivos exercem a função de objeto direto por isso a não concordância do verbo com os complementos.

⁷ CORREIO BRAZILIENSE/CIDADES. Disponível em: www.correiobraziliense.com.br/UNIVERSIDADE+DE+BRASILIA+NAO+FAZ+MANUTENCAO+PREVENTIVA+DE+EQUIPAMENTOS.shtml. Acesso em: 30 nov. 2010.

Texto 07:

Nunes destaca a mudança nos hábitos de consumo das famílias brasileiras nos últimos 30 anos. "Hoje, *compra-se* mais produtos preparados do que os feitos em casa; gasta-se mais com alimentação fora de casa, principalmente porque hoje a sociedade brasileira tem outras características", explica. [...] ⁸

Análise: No trecho acima, é clara a noção de um agente humano, alguém compra “produtos”, fato este evidenciado pela forma singular do verbo com o termo à direita no plural (“produtos”) que nessa estrutura funciona como objeto direto. O verbo no plural concordando com o substantivo que o segue é ilógico, pois muda-se a evidência semântica de que alguém “compra”, devido a um critério sintático, de uma frase considerada pelos falantes como tipicamente ativa e não como uma passiva, com o *se* apassivador como quer a gramática tradicional.

Texto 08:

Vende-se filhotes de leopardo... fazer as encomendas aqui [...] ⁹

Análise: Quando escrito *vende-se filhotes*, o substantivo passa a ser objeto direto do verbo vender que, por sua vez, pressupõe a existência de sujeito indeterminado, agente da ação, o ato de vender, e expresso pelo índice de indeterminação do sujeito. Conforme Perini (2000, p. 270) os gramáticos normativos aconselham o

⁸ REVISTA ÉPOCA/ECONOMIA E NEGÓCIOS. Disponível em: <http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/IBGE+DE+CADA+DEZ+BRASILEIROS+OITO+DIZEM+NAO+TER+DINHEIRO+SUFICIENTE+PARA+CH.html>. Acesso em: 30 nov. 2010.

⁹ REVISTA ÉPOCA/BLOG ANIMAL. Disponível em: colunas.epoca.globo.com/animal/2009/03/26/. Acesso em: 30 nov. 2010.

verbo no plural e muita gente os segue, mas que isso deve ser um fenômeno basicamente escolar; não acreditando que haja pessoas que aprendam nativamente a produzir frases como essa.

Texto 09

Pensar em algo bom que aconteceu no dia anterior pode ser o caminho mais *fácil de se* alcançar a felicidade, sugere um experimento britânico feito com mais de 25.000 pessoas. [...] ¹⁰

Análise: Mais uma análise que confirma a tendência do *se* como índice de indeterminação do sujeito. Aqui é empregado com função de sujeito em que segundo a norma culta o infinitivo deve ser empregado sozinho, considerado como impessoal. Tentam atribuir um valor passivo ao enunciado enquanto que o falante intuitivamente o analisa como ativo, pois para o falante quer dizer *felicidade fácil de alguém alcançar* e não *felicidade fácil de ser alcançada*, como o *se* exercendo a função de sujeito indeterminado.

Texto 10

Eu acho que nem *se deve estabelecer* normas nesse sentido, porque, na realidade, é uma norma que não vai ter nenhuma condição de fiscalização", afirmou Sarney no fim desta manhã a um grupo de jornalistas [...] ¹¹

¹⁰ VEJA.COM Disponível em: <http://veja.abril.com.br/noticia/ciencia-tecnologia/boas-lembrancas-trazem-felicidade-491195.shtml>. Acesso em: 30 nov. 2010.

¹¹ ESTADÃO. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/nacional,sarney-defende-cobertura-livre-de-campanha-na-internet,432595,0.htm> Acesso em: 30 nov. 2010.

Análise: Nos casos em que há locução verbal, o auxiliar é que se flexiona. Nesse exemplo, em que além do verbo principal, há mais um infinitivo o falante não analisa a frase como *normas devem ser estabelecidas*, de novo a falsa sinonímia, mas como *alguém deve estabelecer normas*, por isso o verbo “dever” no singular não concordando com o substantivo “normas” e o pronome *se* exercendo a função de sujeito indeterminado. Ao contrário do que preconizam os gramáticos que consideram *normas* com sujeito da oração, devendo dessa maneira concordar com o verbo auxiliar. Note que se o sujeito for considerado o infinitivo o auxiliar fica no singular já que não se poderia fazer a troca *ser* + particípio, como no exemplo acima: *devem ser estabelecidas*.

Com esses exemplos tirados da mídia impressa, pode-se afirmar que os falantes do português brasileiro já têm uma tendência já estabelecida de usar o pronome *se* como índice de indeterminação do sujeito em construções com a voz passiva sintética.

Esses exemplos e outros servem para demonstrar que a língua não pode ser considerada uma estrutura pré-fabricada, pois o locutor, frequentemente, vê-se obrigado a sacrificar a sintaxe em favor das necessidades de interação, a fim de garantir a compreensão de seus enunciados, passa-se de uma explicação puramente sintática a uma explicação semântico-pragmática.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa feita em jornais e revistas de circulação nacional indica que realmente há uma evolução do pronome *se* com o decorrer do tempo, mudando de partícula apassivadora para a função de índice de indeterminação do sujeito.

Considerando, inclusive, que há uma série de incongruências e inconsistências da gramática normativa em relação ao tema, as quais levavam a uma noção social negativa ao uso sem concordância com o pronome *se*, vê-se que hoje esse uso já não é identificado com nenhuma variedade estigmatizada, mas até usado por escritores e jornalistas conceituados, como nos exemplos mostrados na mídia escrita. O uso do *se* como sujeito indeterminado, portanto, já adquire um maior valor social, já que várias pesquisas feitas demonstram que falantes cultos, identificados como de nível superior, o usam diariamente em seu dia a dia.

Destaca-se que o fenômeno já está estabelecido na língua e que a tendência é que outros gramáticos sigam Bechara (2001) na sua análise de que o uso do pronome *se* como índice de indeterminação do sujeito é de sintaxe correta, sendo um estágio diferente de evolução da língua. Com esses novos estudos, subsidiados pelos antigos, a gramática tende a compreender não ser possível ficar o seu domínio à palavra em si e à construção formal.

O contexto sociolinguístico da evolução linguística pede que os gramáticos sejam flexíveis e comecem a ver o idioma pelo aspecto da realização de sua função precípua que é a de comunicar, com o entendimento de que o pronome *se* tem a função de indicar na estrutura a indeterminação do sujeito, possibilitando ao falante uma melhor comunicação e entendimento.

Em relação ao processo de mudança do pronome se mostrou-se que construções com verbos intransitivos e transitivos indiretos não são nada diferentes daqueles construídos com verbos transitivos diretos, nota-se a semelhança em: “Precisa-se de operários” e “Procuram-se operários”. É óbvio que alguém não nomeado (sujeito) “precisa de” e “procura por” operários e que a diferença está apenas na regência dos verbos, “precisar”, transitivo indireto e “procurar” transitivo direto.

Procurou-se no trabalho discorrer sobre o problema e evidenciar uma realidade: a de que o pronome se já pode ser classificado como índice de indeterminação do sujeito nas orações consideradas passivas na gramática normativa. Na análise da evolução diacrônica do pronome se foi verificado que o pronome se, ao longo do desenvolvimento da língua portuguesa e, no caso, das construções passivas sintéticas, evoluiu para outra função daquela existente nas gramáticas tradicionais.

Por fim, essas considerações fazem-nos refletir acerca do tratamento dado ao uso do pronome se aos alunos em nossas escolas, pois a abordagem da estrutura denominada de voz passiva não se mostra adequada as suas propriedades sintático-semânticas e, desse modo, entra em conflito com a intuição linguística dos alunos que são os maiores alvos do aprendizado, os falantes nativos do português brasileiro.

Espera-se que com o tempo as gramáticas passem a incorporar o dinamismo que há na língua num processo de quebra de preconceito. Como diz Scherre (2005, p.10):

Analisar uma língua em sua intimidade é um privilégio. Esmiçar as entranhas das formas lingüísticas e sentir a sistematicidade que envolve línguas, dialetos e variedades, sem julgamento de valor, é de beleza ímpar e só pode fazer bem aos que têm essa possibilidade. Partilhar esse bem

constitui mais do que um dever, é uma responsabilidade social, é uma questão de cidadania.

Portanto, é urgente que se encontre a síntese entre as duas vertentes, a Gramática Tradicional e a Linguística, trabalhando o fato gramatical vinculado a situações comunicativas, ao papel sintático e semântico que exerce em contextos reais, não de maneira isolada ou em textos forjados para fins específicos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Napoleão Mendes de. **Dicionário de Questões Vernáculas**. São Paulo: Ática, 2001.

AZEVEDO, Aluísio. **O Cortiço**. 30. ed. São Paulo: Ática, 1997.

BAGNO, Marcos. **Dramática da Língua Portuguesa: Tradição Gramática, Mídia & Exclusão Social**. 3. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

_____. **Português ou Brasileiro? Um convite à pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2001.

BAGNO, Marcos. **Pratos que se lavam sozinhos? Só na gramática normativa!** Junho de 2008. Disponível em: http://www.marcosbagnos.com.br/conteudo/arquivos/art_carosamigos-junho.htm
Acesso em 21 nov. 2009.

BECHARA. Evanildo. **Moderna Gramática Portuguesa**. Rio de Janeiro: Lucerna, 1985.

_____. **Moderna Gramática Portuguesa**. 37. ed. Rev. e ampl. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.

FARACO, Carlos Emílio; MOURA, Francisco Marto de. **Gramática**. São Paulo: Ática, 1994.

CUNHA, Celso, CINTRA, Lindley. **A Nova Gramática do Português Contemporâneo**. 3. Ed. – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

HAUY, Amini B. **Da Necessidade de uma Gramática-Padrão da Língua Portuguesa**. 4. ed. São Paulo: Ática, 1994.

KURY, A. da G. **Novas lições de Análise Sintática**. 8. ed. São Paulo: Ática, 1999.

LIMA, Bruno Fernandes Zenóbio de. **O percurso diacrônico das construções com o pronome se na Língua Portuguesa como um processo de gramaticalização**. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2006.

LAPA, M. Rodrigues. **Estilística da Língua Portuguesa**. 11. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

PERINI, Mário A.: **Gramática Descritiva do Português**. 4ª ed. São Paulo: Ática, 2000.

RESENDE, Viviane de Melo; GOMES, Maria Carmen Aires. **Voz Passiva Sintética: Uma Nova Proposta de Análise**. 2008. Disponível em: <http://www.filologia.org.br/vicnlf/anais/caderno08-14.html> - Acesso em: 03 nov. 2009.

ROCHA LIMA, Carlos Henrique da. **Gramática Normativa da Língua Portuguesa**. 38. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2000.

SACCONI, Luís Antônio. **Nossa Gramática**. São Paulo: Moderna, 1977.

SAID ALI, M. **Dificuldades da Língua Portuguesa**. 6. ed. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1966.

SARAIVA, Líbia Mara S. **O ensino da escrita padrão na língua portuguesa: em busca de fontes atuais**. UFMG 2005. Disponível em: http://www.filologia.org.br/ileel/artigos/artigo_319.pdf - Acesso em 20 nov. 2009.

SCHERRE, Maria Marta Pereira. **Doa-se lindos filhotes de poodle: variação lingüística, mídia e preconceito**. São Paulo: Parábola, 2005.